



JOYCE KETHLEEN BARROS AVELAR

**AS INFLUÊNCIAS DO FUNDEB NO DESENVOLVIMENTO
ESCOLAR EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DE
SANTANA DO JACARÉ- MG**

LAVRAS – MG

2021

JOYCE KETHLEEN BARROS AVELAR

**AS INFLUÊNCIAS DO FUNDEB NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR EM
PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DE SANTANA DO JACARÉ - MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras - UFLA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira
Orientador

LAVRAS – MG

2021

JOYCE KETHLEEN BARROS AVELAR

**AS INFLUÊNCIAS DO FUNDEB NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR EM
PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DE SANTANA DO JACARÉ - MG**

**FUNDEB'S INFLUENCES ON SCHOOL DEVELOPMENT IN SMALL
MUNICIPALITIES: THE CASE OF SANTANA DO JACARÉ - MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de
Lavras - UFLA, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública.

Aprovado em 26 de maio de 2021

Avaliador: Prof. Dr. Janderson Martins Vaz
Membro

Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira
Orientador

LAVRAS – MG

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Deus que plantou esse sonho em meu coração e fez com que fosse possível realizá-lo, além de me dar saúde e perseverança para superar as dificuldades que surgiram pelo caminho.

Ao meu amado esposo Marcos, grande companheiro que sempre me apoiou e não mediu esforços para me ajudar em diversos momentos. Ao meu pai João e minha mãe Vanderli, que são a razão da minha dedicação e esforços. São a minha inspiração e me ensinaram a nunca desistir. Aos meus queridos irmãos Vinícius, Franklin e Kênia por todo apoio, ajuda e companheirismo.

Não posso deixar de agradecer a Universidade Federal de Lavras (UFLA), pela oportunidade e por todo conhecimento que me proporcionou e também à todos os professores responsáveis pela minha formação. Um agradecimento especial ao meu orientador Dr. Dênis Renato de Oliveira por todo auxílio, que fez com que fosse possível a realização deste trabalho.

*“Porque Dele, e por Ele, e para Ele são todas as coisas; glória, pois,
a Ele eternamente. Amém!” (Romanos 11:36)*

RESUMO

Através deste estudo, de cunho quantitativo e qualitativo, pretendeu-se verificar as influências do FUNDEB no desenvolvimento escolar no município de Santana do Jacaré – MG e as estratégias de alocação do recurso por parte da administração pública municipal. Para tal, realizou-se uma avaliação de acesso à educação, entre os anos 2008 a 2019, de acordo com os dados do Censo Escolar, e uma comparação entre os recursos do FUNDEB recebidos pelo município e seus resultados no IDEB. Os resultados apontam que embora o desempenho tenha apresentado aumento não houve correlação significativa entre os recursos do FUNDEB e as médias do IDEB do município. Por fim, destaca-se que mesmo com a limitação legal para a utilização do recurso, a administração pública tem alocado os recursos com responsabilidade, o que contribuiu para bons resultados na qualidade da educação.

Palavras-chave: FUNDEB, Monitoramento e Avaliação, Administração Pública.

ABSTRACT

Through this study, of quantitative and qualitative nature, it was intended to verify the influences of FUNDEB on school development in the municipality of Santana do Jacaré - MG and the strategies of resource allocation by the municipal public administration. To this end, an assessment of access to education was carried out between the years 2008 to 2019, according to data from the School Census, and a comparison between FUNDEB resources received by the municipality and their results at IDEB. The results show that although the performance has shown an increase, there was no decrease between the resources of FUNDEB and the averages of the IDEB in the municipality. Finally, it is noteworthy that even with the legal limitation on the use of the resource, the public administration has allocated resources responsibly, which contributed to good results in the quality of education.

Keywords: FUNDEB, Monitoring and Evaluation, Public Administration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores do coeficiente de correlação de Pearson (r)	33
Tabela 2 - Evolução do número de alunos por etapa.....	34
Tabela 3 - Receitas e Despesas do FUNDEB 2008 a 2019	38
Tabela 4 - IDEB por ano (séries iniciais da rede pública).....	40
Tabela 5 - Dados Fundeb e IDEB.....	40
Tabela 6 - Resultado	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas Creche	35
Gráfico 2 - Matrículas Pré-Escola	35
Gráfico 3 - Matrículas Ensino Fundamental.....	36
Gráfico 4 - Matrículas EJA.....	36
Gráfico 5- Receitas Fundeb x Matrículas	37
Gráfico 6 - Aplicações dos Recursos do Fundeb.....	39
Gráfico 7 – Receitas Fundeb x Nota IDEB	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das respostas dadas pela Secretária Municipal de Educação.....	43
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Problema de Pesquisa.....	13
1.2. OBJETIVO GERAL.....	13
1.2.1 Objetivos Específicos.....	14
1.3. JUSTIFICATIVAS.....	14
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 Trajetória Histórica das Políticas Educacionais no Brasil.....	16
2.2 Um Panorama Sobre a Educação no Brasil.....	19
2.3 FUNDEB.....	22
2.4 Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Educacionais.....	26
3. METODOLOGIA.....	31
3.1 Primeira fase.....	31
3.2 Segunda fase.....	33
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	34
4.1 Condições de acesso à educação no município: Censo Escolar.....	34
4.1.1 Receitas e Despesas do FUNDEB.....	37
4.2 Comparação entre os repasses do FUNDEB e os resultados do IDEB.....	39
4.2.1 Correlação Linear de Pearson.....	40
4.3 Influência das estratégias de alocação e gestão dos recursos por parte da administração pública municipal.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	47
APÊNDICE A - Receitas e Despesas Fundeb entre os anos 2008 e 2019.....	51

1. INTRODUÇÃO

Desde a época dos jesuítas, que remonta ao período colonial, o ensino público nunca foi política pública prioritária por parte do governo brasileiro. Os números de matriculados e estudantes se constituíram, historicamente, como um indicador da necessidade de melhorias, sobretudo em termos de acessibilidade e qualidade, considerando tanto o ensino básico como o ensino médio.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, num movimento de descentralização administrativa do Estado e o estabelecimento do pacto federativo, houve a concessão de uma maior autonomia aos municípios na gestão educacional e isso refletiu em um aumento da acessibilidade. De acordo com Fleury (2006, p. 26), este “autogoverno local representou uma resposta à necessidade de maior adaptação do aparato estatal às necessidades sociais em busca de maior eficácia”. Ao se referir às temáticas de financiamento, valorização profissional e gestão democrática, a educação passou a ser vista como um direito fundamental, uma vez que, as políticas públicas criaram condições para redução das desigualdades.

Diz-se que a década de 1990 foi marcada por reformas educacionais, cujo objetivo era reverter os altos índices de fracassos e evasão escolar que ainda perduravam, sobretudo quando se considera a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), responsável pela regulamentação do Sistema Educacional no Brasil, aprovada em 1996. A LDB (Lei nº 9.394/96) instaurou mudanças nas responsabilidades dos entes federados quanto à manutenção e ao desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis, algo que induziu fortemente a descentralização da educação.

Na sequência, como iniciativas de governo para melhoria da qualidade dos serviços educacionais, foram criados o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Já em 2007, com o intuito de fazer com que a educação brasileira avançasse, o governo instituiu a distribuição de recursos por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB).

O FUNDEB, criado pela emenda constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, de âmbito estadual, formado por recursos provenientes dos impostos, transferências e contribuições dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e complementado por recursos federais, para aplicação exclusiva na educação básica. A verba destinada aos municípios é convertida em pagamento

para os profissionais da educação, manutenção de bens vinculados ao ensino, aquisição de material didático, entre outros.

Embora, tenha-se o entendimento da importância do programa para o desenvolvimento da educação no país, sobretudo no que tange à questão orçamentária, ainda se fazem desconhecidas as relações entre o montante de investimento realizado e a melhoria do desempenho escolar, assim como a sua intensidade. Isso evidencia a importância de se estabelecer uma cultura de avaliação de políticas públicas em nível municipal. Mas, não apenas nos níveis estaduais e federal, que funcione como instrumento de apoio a tomada de decisão e gestão educacional, função imprescindível para transformação da capacidade de gestão.

De acordo com Cunha (2006, p. 28), a avaliação pode ser entendida como “um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado”. Diante disso, buscando contribuir científica e tecnicamente, para demonstrar a importância da avaliação de políticas públicas em nível local, este trabalho propõe-se a avaliar os impactos trazidos pelo FUNDEB à educação em nível municipal, mais especificamente àqueles de pequeno porte.

Sabido, portanto, que o auxílio FUNDEB é de extrema importância para os municípios de pequeno porte, uma vez que, apenas com suas arrecadações próprias não haveria recursos suficientes para custeio das atividades de educação, este estudo pretende compreender as influências do programa no desenvolvimento escolar de pequenos municípios por meio de uma análise de correlação entre o montante repassado e o desenvolvimento escolar, aqui entendido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Censo Escolar.

Para tanto, resolveu-se, por conveniência, analisar o município de Santana do Jacaré, localizada no sul do estado de Minas Gerais. Atualmente o município possui 4.607 habitantes segundo Censo IBGE (2010).

1.1 Problema de Pesquisa

Quais são as influências do FUNDEB no desenvolvimento escolar do município de Santana do Jacaré?

1.2. OBJETIVO GERAL

Pretende-se por esta pesquisa descrever as influências do FUNDEB no desenvolvimento escolar do município de Santana do Jacaré-MG.

1.2.1 Objetivos Específicos

- a) Avaliar o efeito do investimento nas condições de acesso à educação no município por meio da análise do número de matrículas por etapa, de acordo com os dados do Censo Escolar;
- b) Fazer uma comparação entre os repasses do FUNDEB entre 2008 e 2019 e os resultados do município no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)¹, e
- c) Analisar as estratégias de alocação e gestão dos recursos por parte da administração pública municipal.

1.3. JUSTIFICATIVAS

Considerando que o FUNDEB foi criado com a finalidade de melhorar a educação e teve seu último ano de vigência (2020), mais do que necessário se faz, analisar seus impactos e influências no nível municipal. Para que, seja possível verificarseu papel, faz-se necessário que faça uma avaliação específica sobre sua eficácia (em termos de cumprimento de objetivos), a fim de compreender, quais são os resultados alcançados e desafios que precisaram ser enfrentados pelos gestores.

Sendo assim, esta pesquisa pretende mostrar como tem sido gerenciado os recursos do FUNDEB, se as necessidades da educação estão sendo correspondidas e se estes resultados possuem influências das opções e escolhas de destinação e gestão dos recursos por parte dos gestores municipais. Sendo assim, o trabalho contribui de duas maneiras: (1) na prática, pois gerará informações que auxiliarão, outros municípios do mesmo porte que Santana do Jacaré a tomarem decisões baseadas nos resultados obtidos em possíveis políticas de financiamento como esta; e (2) na teoria, já que discutirá sobre a importância de se fazer monitoramento e avaliação de políticas públicas e contribuirá efetivamente para formação de um olhar crítico das atuais políticas de financiamento da educação no Brasil.

Para tanto, este estudo encontra-se dividido em quatro seções, as quais versam sobre, (1) a Trajetória Histórica das Políticas Educacionais no Brasil, que se ocupará de fazer um apanhado histórico das políticas de financiamento educacional no país, (2) Um Panorama Sobre

¹O IDEB – índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado no ano de 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com o site do Ministério da Educação ele foi criado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB é o principal indicador que mede a qualidade da educação básica no Brasil.

a Educação no Brasil que traz um retrato de como se encontra a educação brasileira; (3) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), com as explicações sobre seu funcionamento; e, posteriormente, (4) sobre as atividades de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Educacionais, para posteriormente, proceder com o relato dos procedimentos metodológico, os resultados e discussão e por fim as considerações finais deste trabalho.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Trajetória Histórica das Políticas Educacionais no Brasil

A educação, como um direito social depende da formulação e implementação de políticas públicas e de financiamento público. É por meio do financiamento da educação que, tornam-se possíveis a gestão dos sistemas educacionais, a manutenção e o desenvolvimento do ensino e o cumprimento das metas educacionais. A distribuição de recursos determina o grau de cobertura, acesso e qualidade da prestação dos serviços educacionais.

A história das formas de financiamento da educação, de acordo com Pinto (2006), pode ser dividida em três fases: 1) de 1549 a 1759, momento em que o Estado delega aos jesuítas a exclusividade do exercício do magistério público no país; 2) da expulsão dos jesuítas até o final da República Velha, momento em que foram inseridas fontes autônomas de financiamento da educação; e 3) depois da Constituição Federal de 1934, cuja principal característica, faz-se pelo surgimento do mecanismo de vinculação de recursos orçamentários, para o financiamento da educação no país.

A trajetória histórica das políticas públicas educacionais no Brasil, apresenta como característica um modelo conservador e patrimonialista. Com um cenário social, baseado num modelo econômico, agroexportador e de mão-de-obra escrava, a preocupação com o direito à educação surgiu tardiamente. Segundo o educador Teixeira (1967, p.70) é importante "recordar que em todo o tempo da colônia, vivemos em um tipo de governo de natureza absolutista com a educação reduzida aos colégios confessionais destinados predominantemente à formação do clero". O ensino era destinado, predominantemente, a camada mais rica da sociedade. Somente no contexto da Primeira República que, a educação passa a ser vista, como necessária ao desenvolvimento do país. Contudo, a Constituição da Primeira República (1891) não previa nenhum tipo de vinculação de recursos para a educação.

Na década de 1930 houve um salto na regulamentação das políticas públicas educacionais no país e com o chamado Estado Novo, a partir da implementação de uma nova constituição, aconteceu uma segunda reforma no país, anos em que foram criadas as “Leis Orgânicas do Ensino”, que ampliaram e flexibilizaram a reforma educacional anterior.

A Constituição Federal de 1934 previu que a União e os Municípios deveriam aplicar, pelo menos 10% da receita, resultante dos impostos, em educação e os Estados e o Distrito Federal, no mínimo 20% do total arrecadado. A União reservaria pelo menos 20% das quotas

destinadas à educação, no respectivo orçamento anual, para a realização do ensino nas zonas rurais e a criação de fundos especiais, para a realização de obras educativas a partir de receitas públicas.

Já na constituição outorgada em 1937, ocorreu a queda das vinculações à educação. Esta Constituição preocupou-se apenas em criar o ensino profissionalizante, através de indústrias e sindicatos autônomos. No entanto, com a promulgação da Carta Magna em 1946 houve o resgate das vinculações constitucionais, com previsão de que a União devesse aplicar pelo menos 10%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios valor nunca menor que 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Posteriormente, em 1962, surgiu o PNE, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelecia objetivos e metas quantitativas e qualitativas, para educação em um período de oito anos (CURY, 2006). Não obstante, e após o golpe militar em 1964, promulgou-se a Constituição de 1967, que ceifou o ciclo existencial das vinculações constitucionais para a educação e estabeleceu, a obrigatoriedade do ensino de 7 aos 14 anos, e a gratuidade para todos da 1ª a 4ª série e da 5ª série em diante, apenas para aqueles que provassem insuficiência de recursos. Logo depois, em 1969, com a Emenda Constitucional nº.1 retorna-se com as vinculações, de modo limitado, ordenando a aplicação de 20% da receita tributária em educação. No entanto, esta obrigação cabia apenas aos Municípios.

Contudo, somente em 1983, com a aprovação da Emenda Calmon, é que se retoma a vinculação também aos Estados e à União. Durante o Regime Militar, foram implementados um pacote de leis, decretos e pareceres relativos à educação e que, objetivavam garantir um desenho de política educacional nacional orgânica e abrangente. Apesar da aparente inovação, as medidas não deram resultados satisfatórios, pois nessa época os recursos para a educação foram diminuídos drasticamente, culminando em índices desastrosos de 30% de analfabetismo; 30% de crianças sem acesso à escola; 50% de crianças repetentes ou excluídas ao longo da 1ª série do primeiro grau e 23% de professores leigos (SHIROMA, MORAIS e EVANGELISTA, 2002).

Nos anos de 1980, houve uma ruptura com o pensamento educacional vigente nas duas décadas anteriores. A luta dos educadores, a partir deste momento, trouxeram contribuições importantes para a educação como um todo, a citar a melhoria da qualidade na educação, valorização e qualificação dos profissionais, democratização da gestão, ampliação da escolaridade obrigatória abrangendo creche, pré-escola, primeiro e segundo graus, e o financiamento, onde era defendido a ideia de que, deveriam existir verbas públicas que fossem exclusivas para a educação (SANTOS, 2011).

Os governos, passaram a projetar uma política educacional com maior sintonia com os educadores. A Constituição Federal aprovada em 1988, conhecida como “Constituição Cidadã” ampliou os direitos de cidadania, gestão democrática, financiamento da educação e valorização profissional, e a partir daí a educação passou a ser um direito fundamental de todos, garantido pelo art. 6º. Esta garantia, tornou-se uma das principais responsáveis pela redução de desigualdades existentes no país.

Com a Constituição de 88 ficou então garantida no seu art. 212, a vinculação Constitucional de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência em 1994, boa parte dos debates do movimento dos educadores, na década anterior, acabou sendo ceifado. Com a Reforma do Estado em 1995 entrou em curso o processo de descentralização administrativa, no qual foram transferidas funções da burocracia central, para os estados e municípios. Segundo Fonseca (2009, p.187) “imprimiu-se um formato gerencial à administração pública, tornando-a mais apta a atuar com eficiência, ou seja, com capacidade de alcançar mais resultados com menor custo para o Estado”.

No início do século XXI, a educação tornou-se um setor da estrutura social, fundamental para mudanças na sociedade. Devido à desvalorização salarial do magistério e do abandono da escola, percebeu-se a necessidade de maior equidade e controle na distribuição de recursos à educação. Desta maneira, inicia-se a descentralização da educação, a qual direciona-se seus gastos pelo FUNDEF criado pela Ementa Constitucional nº 14/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.424/1996. O FUNDEF foi implementado nacionalmente em 1º de janeiro de 1998 e esteve vigente até o ano de 2006.

Com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, houve um aumento de políticas públicas focalizadas. Em 2007, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que encaminharia recursos para toda a Educação Básica, substituindo o FUNDEF.

Enquanto o FUNDEF atendia apenas o Ensino Fundamental, o FUNDEB financiaria toda a educação básica². Além disso, o FUNDEB estabeleceria a Educação Infantil, em creches e pré-escolas para crianças de até 5 anos de idade e valorizaria profissionais da escola, além dos professores. Nesses anos, o FUNDEB fez com que, fossem aumentados o número de matrículas,

²A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

pois, sua forma de financiamento de valor por aluno matriculado, incentivou as escolas a aumentar o número de ofertas e a manter os alunos para preencher vagas.

Portanto, o surgimento do FUNDEB, constituiu-se uma inovação, quando considerado investimento em educação e pode ser considerado um meio mais adequado para se garantir a qualidade do ensino básico. Nas últimas décadas, tem-se registrado no Brasil, avanços em termos de cobertura e acesso à educação, sobretudo no caso do Ensino Fundamental. Porém, tal processo ainda carece de melhorias e depende de estratégias de ensino-aprendizagem mais efetivas.

2.2 Um Panorama Sobre a Educação no Brasil

O mercado de educação no país, movimenta uma grande parte de recursos, inclusive, é extremamente valorizado pela sociedade. A educação, além de ser considerada um direito social básico, faz-se essencial para que o indivíduo, torne-se cidadão. Ademais, esta é grande geradora de externalidades positivas, como a redução no número de delitos, a criação de empregos e o melhor funcionamento da democracia, por isso há grande incentivo, por parte do governo, nesse mercado. Sendo assim, a educação permite o crescimento da renda per capita ao longo prazo, além de ser um importante instrumento para redução das desigualdades que, são muito presentes na sociedade brasileira (JARDIM *et al.*, 2017).

A educação, articula-se em diferentes dimensões e espaços da vida, sendo elemento constituinte das relações sociais mais amplas, a qual contribui para a transformação e a manutenção dessas relações. O papel da educação é imenso, mas está relacionado principalmente, aos efeitos sobre indicadores econômicos. Nesse sentido, Paul Romer, vencedor no prêmio Nobel da economia, declarou em 2018 que, quando se olha para trás e se compara o desempenho econômico dos países e considera-se um grande número de variáveis, o que salta aos olhos é o poder da educação.

Robert Solow (1956) investigou durante sua vida profissional as razões para o crescimento econômico. Em 1956, Solow propõe em seu artigo “A contribuição para teoria do crescimento econômico”, que este, estava associado ao crescimento populacional, a poupança (capital) e ao progresso tecnológico. Dessa maneira, para o economista, a tecnologia aplicada à produção é um dos principais fatores para o aumento da economia. Portanto, o capital encontra-se diretamente ligado à tecnologia. Nessa linha de raciocínio, conseguimos compreender que,

a teoria de Solow, fazda educação, um dos principais pilares da economia, pois, são as pessoas com acesso à educação que, promovem inovação tecnológica.

Investir em educação se coloca como uma forma eficiente de se proporcionar o desenvolvimento. Apesar de parte da população acreditar que faltam investimentos na educação, os dados mostram que o Brasil gasta cerca de 6% de seu PIB com o setor; de forma comparativa, isso representa mais o investimento de países desenvolvidos.

O gasto com educação é composto por despesas correntes e despesas de capital, a despesa corrente (mão de obra intensiva como professores e auxiliares) consome no Brasil 97% do total investido.

Apesar de investir mais do que a média dos países membros da OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), o Brasil está entre as últimas posições, quando observa-se o gasto por aluno nas instituições públicas de ensino. No ensino fundamental, o gasto por aluno nas instituições públicas brasileiras é em torno de US\$3,800.00, menos da metade da média dos países membros da OCDE (US\$9,300.00). Quando considera-se o total de seus gastos, o Brasil aparece como um dos três países que mais investem em educação.

Mas, o que vemos é que a quantidade não se reverte em qualidade. No índice do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) os brasileiros, mantiveram-se entre as últimas posições em 2015. Uma vez que, menos da metade dos estudantes brasileiros, conseguem alcançar um nível de proficiência adequado aos parâmetros da OCDE, nas disciplinas de leitura e ciências, e menos de um terço conseguem esse patamar em matemática.

No IDEB os resultados também não são satisfatórios, O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi criado em 2007 pelo instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com o Ministério da Educação, este foi criado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Dessa forma, é considerado o principal indicador, pois mede a qualidade da educação básica no Brasil. O índice vai de 0 a 10 e é calculado a partir de dados da aprovação escolar, além do desempenho dos alunos em avaliações como a Prova Brasil e o SAEB. Em 2017 a rede pública obteve 5,5 no ensino fundamental nos anos iniciais, no ensino fundamental anos finais 4,4 e no ensino médio apenas 3,5.

Na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada aos alunos do 3º ano do ensino fundamental em 2016, os resultados foram 45,3% em leitura, 66,2% em escrita e 45,5% em matemática.

Com os Dados apresentados é possível verificar que, a educação brasileira sofre de graves falhas. Nem sempre é verificada a correlação entre o aumento de investimento em educação e a melhoria do desempenho escolar. Para que as políticas públicas educacionais, tornem-se mais eficientes, faz-se necessário a melhoria do monitoramento do desempenho escolar, para que ações bem-sucedidas sejam identificadas e sirvam de base para o desenvolvimento de outras. (JARDIM *et al*,2017).

A avaliação é importante para a compreensão de limites e ressalta potencialidades em busca de qualidade. Talvez, esta seja o mais importante mecanismo de controle e regulação, tanto por parte do Estado, como também pela sociedade.

Segundo Ovando e Freitas (2011, p. 308-309)

Há de se considerar que a introdução da avaliação como instrumento para o monitoramento e regulação da educação básica é recente no País. Assim a compreensão do seu uso, da sua importância e necessidade tem se dado aos poucos pelos autores das bases escolares, especialmente os que vivem distantes dos centros culturais e políticos, em municípios pequenos onde a escola é considerada um espaço de grande relevância para a comunidade, assim como as igrejas e outras instituições. (OVANDO e FREITAS, 2011, p. 308-309)

Os anos 90 foram marcados por iniciativas políticas avaliativas, com o objetivo de obter e produzir informações, para tomada de decisões e revisões de investimento em programas educacionais.

Nesse período, houveram questionamentos sobre as avaliações educacionais, pois eram consideradas apenas um mero controle contábil ao invés de controle social. Freitas (2009, p. 47) assevera que a avaliação em larga escala

[...] é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. (FREITAS, 2009, p. 47)

É de conhecimento de todos que no Brasil, ainda falta uma avaliação mais profícua nas políticas públicas por parte do Estado, especialmente na área educacional, onde há altos investimentos e não tem-se tido resultados satisfatórios. Quando o governo investe recursos públicos em uma ação, o que se espera é que haja resultados, e a avaliação verifica se os objetivos estão sendo atingidos.

[...]entende-se que é fundamental estabelecer a definição de dimensões, fatores e condições de qualidade a serem considerados como referência analítica e política no tocante à melhoria do processo educativo e, também, à consolidação de mecanismos de controle social da produção, à implantação e monitoramento de políticas educacionais e de seus resultados, visando

produzir uma escola de qualidade socialmente referenciada. (DOURADO, OLIVEIRA; 2009,p.207)

2.3 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Os recursos para a educação vêm de diferentes fontes, mas o principal deles é o FUNDEB. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, foi criado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, este atende a educação básica, desde a creche ao ensino médio, o qual esteve em vigor de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2020.

O FUNDEB é um fundo especial de natureza contábil de âmbito estadual, formado por recursos, provenientes de impostos, transferências e contribuições dos Estados e municípios. Valendo-se de 20% do que é arrecadado, através de impostos como IPVA, ITR, ICMS, FPM, FPE e outros, são depositados em um fundo contábil estadual. Cada uma das 27 unidades da federação possui um fundo próprio, e que posteriormente estes recursos são redistribuídos entre as contas do FUNDEB das prefeituras e do governo do estado.

Segundo o art. 2º da Lei nº 11.494, o FUNDEB possui como objetivo “[...] manutenção do desenvolvimento da educação básica pública e a valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observando o disposto nesta lei.” Portanto, pode-se dizer que FUNDEB, visa melhorar as condições escolares e a consequente promoção da inclusão sócio educacional.

Dessa maneira, o fundo é destinado aos estados, Distrito Federal e municípios, que oferecem atendimento a educação básica. Para a distribuição do recurso são consideradas as matrículas nas escolas públicas conveniadas, apuradas no último censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC).

De acordo com o FNDE, os alunos considerados são aqueles atendidos: nas etapas de educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio; nas modalidades de ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos e ensino profissional integrado; nas escolas localizadas nas zonas urbana e rural; e nos turnos com regime de atendimento em tempo integral ou parcial (matutino e/ou vespertino ou noturno).

O total de matrículas em cada rede de ensino é multiplicado pelo fator de ponderação para se chegar ao valor que deve ser enviado as contas de cada estado e município. Este fator de ponderação, representa quanto vale cada matrícula. Em consonância, são 19 fatores de ponderação: creche pública em tempo integral, creche pública em tempo parcial, creche

conveniada em tempo integral, creche conveniada em tempo parcial, pré-escola em tempo integral, pré-escola em tempo parcial, anos iniciais do ensino fundamental urbano, anos iniciais do ensino fundamental no campo, anos finais do ensino fundamental urbano, anos finais do ensino fundamental no campo, ensino fundamental em tempo integral, ensino médio urbano, ensino médio no campo, ensino médio em tempo integral, ensino médio integrado à educação profissional, educação especial, educação indígena e quilombola, educação de jovens e adultos com avaliação no processo, educação de jovens e adultos integrado à educação profissional de nível médio com avaliação no processo.

O valor para cada tipo de matrícula é definido anualmente pela Comissão Intergovernamental, à qual é formada pelo Ministro da Educação, cinco representantes do CONSED³ e cinco representantes da UNDIME⁴.

De acordo com o art. 69 da LDB, a responsabilidade de administrar os recursos do FUNDEB é da Secretaria de Educação. Porém, faz-se importante salientar que, o FUNDEB não pode ser gasto de qualquer forma, de acordo com o art. 22 da lei 11.494/07:

Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (Lei nº 11.494, 20 de junho de 2007, art. 22).

O restante do recurso, que corresponderá no máximo 40%, poderá ser utilizado na cobertura das demais despesas consideradas como de “manutenção e desenvolvimento do ensino”, previstas no art. 70 da Lei 9.394/96 – LDB. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino, as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

³ Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Possui a finalidade de promover a integração das redes estaduais de educação e intensificar a participação dos estados nos processos decisórios das políticas nacionais, além de promover o regime de colaboração entre as unidades federativas para o desenvolvimento da escola pública.

⁴ Fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), é uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por missão articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.

V - realização de atividades -meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

(Lei 9.394, de 30 de dezembro de 1996, art. 70 incisos I ao VIII)

O art. 71 da LDB, determina onde os recursos não podem ser usados:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino. ((Lei 9.394, de 30 de dezembro de 1996, art. 71 incisos I ao VI))

Para acompanhamento e controle da distribuição, transferência e aplicação dos recursos, o FUNDEB conta com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS. Esse conselho é formado por representantes do poder local, professores, diretores, pais, alunos e servidores. A formação do conselho é condição necessária para o repasse dos recursos. Desse modo, o CACS é responsável por acompanhar, quanto dinheiro entrou e onde foi aplicado.

O FUNDEB é a principal fonte de financiamento para a educação básica pública brasileira, e encerrou-se dia 31 de dezembro de 2020, o que preocupou muitos gestores da área da educação, que temiam que o fundo fosse descontinuado. Só no ano de 2019 dos R\$248 bilhões aplicados nas escolas públicas do país, R\$ 156 bilhões saíram do FUNDEB. Se o fundo deixasse de existir tiraria bilhões de escolas brasileiras. Há muitos municípios que, não conseguiriam cobrir a folha de pagamento de seus servidores. Mas, oFUNDEB foi instituído como instrumento, permanente através da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, regulamentado pela Lei nº 14.133, de 25 de dezembro de 2020

Há diversos artigos e estudos a respeito do FUNDEB e suas implicações na educação. O artigo de Braga e Silva (2019), analisa a execução do FUNDEB nas redes municipais de educação de Minas Gerais no ano de 2017 e investiga as desigualdades na federação quanto a investimentos públicos, mais equitativos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

O objetivo era mensurar e comparar, a capacidade institucional de atendimento em educação dos municípios mineiros em um cenário com e sem FUNDEB.

O estudo revelou que, a maioria dos municípios do estado, conseguiria atingir o patamar mínimo de recursos por aluno, contudo o fundo tem cumprido um importante efeito redistributivo, uma vez que, diminui desigualdades regionais. Os dados da pesquisa apontaram para a necessidade da manutenção do fundo, dado que ele tem cumprido seu papel de reduzir desigualdades de acesso a recursos por aluno.

Outros estudos importantes que merecem atenção neste trabalho, faz-se pela penalização dos municípios pequenos no recebimento do fundo. A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (BREMAEKER, 2007), avaliou o possível impacto do FUNDEB e as alterações em relação ao FUNDEF. Em suas considerações, o autor de “As influências do FUNDEF nas finanças municipais, 2002” demonstrou que, municípios de pequeno porte, ou seja, que possuem menos de 10 mil habitantes, estavam sendo penalizados na redistribuição do FUNDEF. Para Bremaeker (2007), a lógica do FUNDEF que se mantém no FUNDEB, é contrária a lógica de distribuição dos recursos do FPM⁵ e a lógica social.

A lógica do FPM é a de entregar mais recursos para os Municípios de menor população, justamente pelo fato de que, em sua quase totalidade, estes Municípios são de base econômica rural e portanto sem grandes possibilidades de efetuar uma razoável receita tributária, já que são dados aos Municípios impostos de natureza eminentemente urbana. O que está acontecendo é que a lógica do FUNDEF está contrariando a lógica do FPM, visto que os Municípios de pequeno porte demográfico estão recebendo menos recursos pelo fato de possuírem, por via de consequência, poucos alunos, mesmo que sejam responsáveis por 100% dos alunos matriculados no seu Município. (BREMAEKER, 2007, p.23).

Amorim (2007) evidencia que, tanto o FUNDEF como o FUNDEB, prejudicaram municípios menores, pois suas características não foram consideradas. Além disso, em seu trabalho constatou-se que, o maior desafio do FUNDEB é melhorar a educação.

O estudo realizado por PERES, *et al* (2015) com escopo de avaliar o efeito redistributivo intraestadual, ocasionado pela implantação do FUNDEB, através de sua metodologia de distribuição de recursos e características socioeconômicas dos municípios brasileiros, fez-se possível verificar que, a maioria dos governos municipais brasileiros (59,7%) tiveram acréscimo de recursos com repasses do FUNDEB. Verificou-se também que, municípios com menos de 10 mil habitantes são os que mais perderam recursos.

⁵ Fundo de Participação dos Municípios

Santos (2010) em sua pesquisa, constatou que os municípios analisados, tiveram as participações reduzidas dos ganhos com o FUNDEB, se comparados com o extinto FUNDEF. Sendo assim, concluiu que o financiamento público na educação municipal, não foi o suficiente para suprir o atendimento demandado.

Farenzena e Mendes (2010), discutem a capacidade de financiamento da educação nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, levando em consideração a redistribuição do FUNDEF e do FUNDEB e a matrícula na educação básica pública entre os anos de 2006 e 2007. Concluiu-se que, em ambas as políticas de financiamento, viabilizariam uma redistribuição mais equitativa dos recursos da educação, aproximando a capacidade de municípios que possuem situações econômicas desiguais. Além, da garantia de melhores indicadores de qualidade, no que refere-se a oferta educacional.

Para Campos e Cruz (2009), a principal conquista do país, tratando-se de educação, está relacionada a universalização do Ensino Fundamental. Além do esforço em ampliação à escola, cresce a necessidade de intervir na qualidade da educação, em especial a educação pública básica. O artigo, traça o potencial do fundo como instrumento aperfeiçoador das condições de oferta da educação pública básica, nos municípios do Rio de Janeiro. Além disso, o artigo mostra que, o FUNDEB não garantiu que, municípios com os piores indicadores educacionais recebam um maior aporte de recursos.

Apesar dos diversos estudos como os aqui citados, este trabalho faz-se necessário pois, a maioria dos pesquisadores optam pela esfera federal ou estadual, mas pouco discute-se a necessidade de avaliação na esfera municipal, principalmente em municípios menores, mesmo estes sendo uma parcela significativa no país. Dos 5.570 municípios brasileiros, 1.252 deles, ou seja, 22% possuem menos de 5.000 habitantes.

A necessidade de avaliar está em demonstrar que, a gestão de recursos é extremamente importante, pois não basta apenas receber o recurso, este deve ser bem empregado para dar resultado.

2.4 Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Educacionais

As políticas públicas surgem para suprir alguma deficiência da sociedade. Ou seja, o Estado formula programas e ações as quais tem como objetivo, o bem comum e a diminuição da desigualdade social.

Para que estas ações funcionem, as políticas públicas devem ser estruturadas de forma sequencial de maneira que, haja uma produção organizada do projeto. Uma compreensão mais

clara do ciclo das políticas públicas por parte dos gestores e pesquisadores, contribui para o avanço na coerência das políticas.

A separação em etapas presta-se a evidenciar ao longo do processo, ênfases diferenciadas no planejamento, na operação ou na avaliação dos programas. (NASCIMENTO, 1991)

Há diferentes concepções, acerca das etapas do ciclo de políticas públicas. Harold Lasswell (1971) dividiu o processo em sete estágios: (1) informação; (2) promoção; (3) prescrição; (4) invocação; (5) aplicação; (6) término; (7) avaliação. Neste trabalho abordaremos as etapas descritas por Reader (2014) que opta por cinco fases que são: (1) percepção e definição dos problemas; (2) formação de agenda decisória; (3) formulação de programas e projetos; (4) implementação das políticas delineadas; (5) monitoramento e avaliação das ações planejadas.

A primeira fase, percepção e definição de problemas, cabe ao poder público identificar o problema e estabelecer, quais elementos constituintes da questão a ser solucionada e apresenta uma solução viável para o problema.

A segunda etapa do ciclo, faz-se pela formação da agenda decisória. Para elaborar políticas públicas, o poder público deve analisar o cenário local, verificar os recursos disponíveis e o custo benefício. Assim, a legitimação da questão é incluída na agenda das políticas públicas.

A etapa seguinte, formulação de etapas e projetos, é a fase em que são apresentadas as soluções ou alternativas. Nesta fase, são definidas os objetivos, os programas desenvolvidos e as linhas de ação.

Em sequência, há implementação das políticas delineadas. Nesta fase, as políticas são transformadas em atos, havendo o direcionamento dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para a execução da política.

Por último se tem o monitoramento e a avaliação das ações planejadas. É responsabilidade dos gestores compreender que a avaliação de uma política pública é crucial. Nesta fase são analisados os resultados da implementação de políticas públicas e se o problema original ainda existe. Portanto, avalia-se a necessidade de realizar mudanças nos programas implementados, pela sua manutenção ou extinção.

A fase de avaliação pode ser feita antes, durante ou após concluída a política pública. Para Secchi (2013), na etapa de implementação, o desempenho das políticas públicas são analisados como intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou.

Quando o governo, investe dinheiro em uma política pública ou programa social, faz-se necessário monitorar o seu desenvolvimento e avaliar seus resultados. A avaliação de uma política pública tem a intenção de conhecê-la, a fim de verificar se há insuficiências e como esta pode buscar contribuir para seu aperfeiçoamento.

O monitoramento e a avaliação de políticas públicas, são instrumentos importantes para se aperfeiçoar a gestão pública e assim desenvolver ações eficientes e eficazes, para suprir as necessidades da população. E, para isso é necessário um processo avaliativo que, possibilite a compreensão de toda a dimensão e implicações do programa para estimular seu aperfeiçoamento.

No Brasil, a utilização de sistemas de monitoramento e avaliação foi acentuando na segunda metade da década de 90, e a adoção deles tem aumentado nos últimos anos na Administração Pública. Estes sistemas são capazes de promover uma maior efetividade e transparência das ações do governo, provocar a modernização da administração pública tradicional e democratizar a gestão. Apesar de monitorar e avaliar políticas públicas não ser uma tarefa simples, fazem-se necessárias para esclarecer deficiências no planejamento ou identificar pontos de melhoria no processo de execução, com vistas a compreender a concepção de um programa. (PAULINO, 2014)

Contudo, Grau e Bozzi (2008) destacam que a avaliação e o monitoramento são muito próximos, mas devem ser tratados como ferramentas diferentes. Pois, o monitoramento usa indicadores de desempenho, os quais podem ser qualitativos ou quantitativos. Já a avaliação é pontual e procura medir a confiabilidade do processo, os resultados e os impactos.

Segundo Jannuzzi (2011), após a Constituição Federal de 1988, os esforços para o monitoramento e avaliação de programas sociais no país vem crescendo. Porém, os programas governamentais e a especificação de pesquisas de avaliação sofrem de uma série de dificuldades. Estas dificuldades de avaliação de programas no Brasil, são consequências de desenvolvê-las seguindo modelos e prescrições muito particulares, portanto, não levando em consideração o estágio de maturidade do programa.

Logo, as avaliações de programas, devem verificar a efetividade e o impacto que a política social tem causado na sociedade. Muitas vezes, encomenda-se estudos avaliativos e impactos, ainda na fase de implementação de um programa, mas torna-se um problema, pois torna-se impossível verificar seu impacto real.

Ademais, monitoramento e avaliação de programas, são termos usados para designar, procedimentos técnicos formais de acompanhamento de programas focados na análise da eficiência eficácia e efetividade, visando ao aprimoramento da ação pública. (COHEM e

FRANCO, 1999). O Estado, necessita destes instrumentos de medição de resultados dos serviços financiados com recursos públicos, para justificar com base técnica e transparência a continuidade ou não do programa. Enquanto, que se o programa não estiver obtendo os resultados esperados, o gestor pode optar por redirecionar seus gastos à outras áreas.

O monitoramento de programas requer uma seleção inteligente de indicadores-chave de recursos, processos, produtos e se possível de seus resultados e impactos potenciais, organizados de forma que permitam o acompanhamento contínuo de atividades críticas do programa e a tomada tempestiva de decisões necessárias ao seu bom funcionamento. Exaustividade, redundância e a ambiguidade não são atributos de bom e objetivo sistema de monitoramento. Regularidade, prontidão e sensibilidade é o que se espera dos indicadores de tal sistema (JANNUZZI, 2016, p.132)

Segundo Jannuzzi a escolha de indicadores deve ser realizada de forma inteligente. O rigor metodológico é fundamental para garantir um conhecimento mais circunstanciado dos problemas e conferir legitimidade técnica na avaliação da ação governamental.

Nos últimos anos, a sociedade em geral tem sido exigente com relação a transparência das ações e programas do governo através de conselhos de representação social. Dessa maneira, a participação da sociedade civil nos conselhos contribuiu para uma maior transparência e mais cuidado na aplicação do dinheiro público.

Sendo assim, a avaliação de programas como o FUNDEB, faz-se importante para descobrir se o gasto, o qual é um grande investimento, está trazendo resultados à educação e consequentemente a sociedade em geral. Como instrumento de controle social o FUNDEB conta com o CACS (Controle de Acompanhamento e Controle Social) que é um instrumento de monitoramento do uso do recurso.

A Lei do FUNDEB em seu artigo 24 institui a necessidade de implantação de Conselhos de acompanhamento e controle social. No mesmo artigo, disciplina sobre a atuação do CACS-FUNDEB, instância responsável pelo “[...] acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos [...]” que possui como tarefa “supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual [...] com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicercem a operacionalização dos fundos” (BRASIL, 2007).

De acordo com a lei 11.494/2007, a fiscalização dos recursos do FUNDEB é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e quando há recursos federais, também há fiscalização do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Esta fiscalização é diferente do monitoramento realizado pelo CACS, que não tem legitimidade para aplicar penalidades em hipótese de irregularidade.

A representação da sociedade civil é algo que formaliza a gestão democrática e possibilita articulação dos anseios, necessidades em grande inovação na gestão de recursos públicos no segmento educacional. (CONCEIÇÃO e FIALHO, 2014)

A compreensão dos fenômenos que envolvem a atuação dos Cacs da educação básica permite inferir medidas de aperfeiçoamento e efetivação de seus papéis institucionais, capazes de influenciar na implementação de políticas públicas direcionadas ao alcance do patamar mínimo de qualidade do ensino nos sistemas públicos, contribuindo à efetividade do sentido democrático da gestão dos sistemas públicos de educação. (CONCEIÇÃO e FIALHO, 2014, p. 804).

3. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, com vistas a termos uma visão profunda a respeito do tema em questão. Para tanto, esta pesquisa dividiu-se em duas fases:

3.1 Primeira fase

Para compreender a correlação entre o investimento do FUNDEB e o desenvolvimento escolar no nível municipal, foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa. Fonseca (2002) salienta que, este tipo de pesquisa, recorre a linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre variáveis. Assim, as amostras são consideradas representativas e os resultados são considerados um retrato real da realidade.

Para obtenção dos dados realizou-se uma pesquisa documental (relatórios com as receitas e despesas, Censo escolar, etc). Para tanto, os levantamentos (como o Censo, por exemplo) possuem informações imprescindíveis, para a realização deste trabalho, enquanto que pesquisa documental, recorre a fontes como relatórios e documentos oficiais.

Como objeto de estudo, foi escolhido o município de Santana do Jacaré, localizado no sul de Minas Gerais e que, atualmente possui população de 4.607 pessoas segundo Censo IBGE (2010). A escolha do município se deu por ser de pequeno porte, escopo da análise deste trabalho, bem como pela conveniência da coleta de dados, por parte do pesquisador.

O município, conta atualmente com um CEMEI⁶ (Dona Mariana Ribeiro de Avelar) que atende os maternais (18 meses a 3 anos) e os 1º e 2º Períodos da Educação Infantil (4 e 5 anos) em tempo integral; a Escola Municipal “João Alves Duca” que atende alunos do 1º e 2º Períodos da Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, 1º ao 5º ano; e a Escola Estadual Carmelita Carvalho Garcia que atende alunos do Ensino Fundamental II, 6º ao 9º ano e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Contudo, como o foco deste estudo, faz-se pelo desenvolvimento escolar a nível municipal, optou-se por analisar os resultados apenas da Escola Municipal João Alves Duca, entre os anos 2008 a 2019. A escolha deste intervalo de tempo, deve-se a disponibilidade de dados no momento da realização desta pesquisa e a vigência do FUNDEB. Os dados do IDEB foram retirados do relatório do INEP. O IDEB é um indicador nacional que possibilita o

⁶ Centro Municipal de Educação Infantil

monitoramento da qualidade da educação pela população e é considerado o principal indicador de desenvolvimento escolar.

O fluxo de aprendizagem do IDEB expressa, em valores de 0 a 10, o andamento dos sistemas de ensino em âmbito nacional, nas unidades da Federação e municípios, e são calculados por meio da seguinte fórmula:

$$IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji}$$

$$0 \leq N_j \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10$$

em que:

i = ano no exame e do Censo Escolar

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10 dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino.

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j .

Os dados relativos aos recursos recebidos do município pelo FUNDEB foram retirados do site SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamento Público), uma ferramenta eletrônica que traz informações referentes ao orçamento de educação, em outras palavras, é um demonstrativo sobre o quanto é investido em educação, além disso, possui também informações sobre aplicação dos recursos.

Para verificar se há correlação entre as variáveis IDEB e FUNDEB, foi realizado o cálculo da correlação linear de Pearson. Esse coeficiente mede o grau de correlação entre as duas variáveis. Para os números de matrículas, estes foram extraídos do Censo Escolar disponível no site do INEP. Vale ressaltar que, o Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica.

Figueiredo e Silva (2009, p. 26) estimam que “[...] o coeficiente de correlação de Pearson e suas derivações são escolhidos em 95% dos casos para descrever padrões de relacionamento entre variáveis”. O resultado pode ser obtido através de programas de cálculo ou através da fórmula:

$$r = \frac{\sum xy - \frac{(\sum x)(\sum y)}{n}}{\sqrt{[\sum x^2 - \frac{(\sum x^2)}{n}] [\sum y^2 - \frac{(\sum y^2)}{n}]}}$$

em que:

$\sum x$ = somatória dos recursos do Fundeb

$\sum y$ = somatória das notas do município no IDEB

n = número de anos da amostra

O Coeficiente de correlação linear de Pearson, mede o grau de correlação entre duas variáveis. O coeficiente varia de -1 a 1 e o sinal positivo ou negativo indica a direção da relação (Tabela 1).

Tabela 1 - Valores do coeficiente de correlação de Pearson (r)

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO	CORRELAÇÃO
$r=1$	Perfeita Positiva
$0,8 \leq r < 1$	Forte Positiva
$0,5 \leq r < 0,8$	Moderada Positiva
$0,1 \leq r < 0,5$	Fraca Positiva
$0 < r < 0,1$	Ínfima Positiva
$r=0$	Nula
$(-0,1) < r < 0$	Ínfima Negativa
$(-0,5) < r \leq (-0,1)$	Fraca Negativa
$(-0,8) < r \leq (-0,5)$	Moderada Negativa
$(-1) < r \leq (-0,8)$	Forte Negativa
$r = (-1)$	Perfeita Negativa

Fonte: SOUZA, 2008

3.2 Segunda fase

Para compreender as alocações de recursos pela gestão pública municipal, optou-se pela abordagem qualitativa. Pois, a pesquisa qualitativa, preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, sendo assim trabalha com motivos, crenças, valores e atitudes. (FONSECA, 2002).

Para isso, foi realizada uma entrevista com a Secretária Municipal de Educação (durante os anos 2017 a 2020), em que foram abordadas as estratégias de alocação dos recursos do FUNDEB, de forma a analisar a visão desta, sobre a importância do fundo para o desenvolvimento escolar, além das indagações sobre o que aconteceria, caso o fundo fosse descontinuado.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Santana do Jacaré, objeto de estudo deste trabalho, como a maioria dos municípios pequenos, possui como atividade principal a agricultura e como atividade secundária, o comércio de pequenos negócios. Portanto, a principal fonte de arrecadação municipal é o FPM. Suas arrecadações próprias são insuficientes para suprir todas as demandas da educação pública, o que torna o FUNDEB extremamente importante.

O município, além do CEMEI, possui duas instituições de ensino, a Escola Estadual Carmelita Carvalho Garcia e a Escola Municipal João Alves Duca, que atendem boa partes dos estudantes da Educação Básica. Segundo o IBGE (2010) a taxa de escolarização no município de 6 a 14 anos de idade é de 99,6%.

4.1 Condições de acesso à educação no município: Censo Escolar

Para analisar a evolução das matrículas ao longo dos anos foi utilizado o Censo Escolar. Optou-se por trabalhar com dados da Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) e EJA (Fundamental), que foram e ainda são as etapas atendidas pela rede municipal no período de 2008 a 2019, como mostra a Tabela 2.

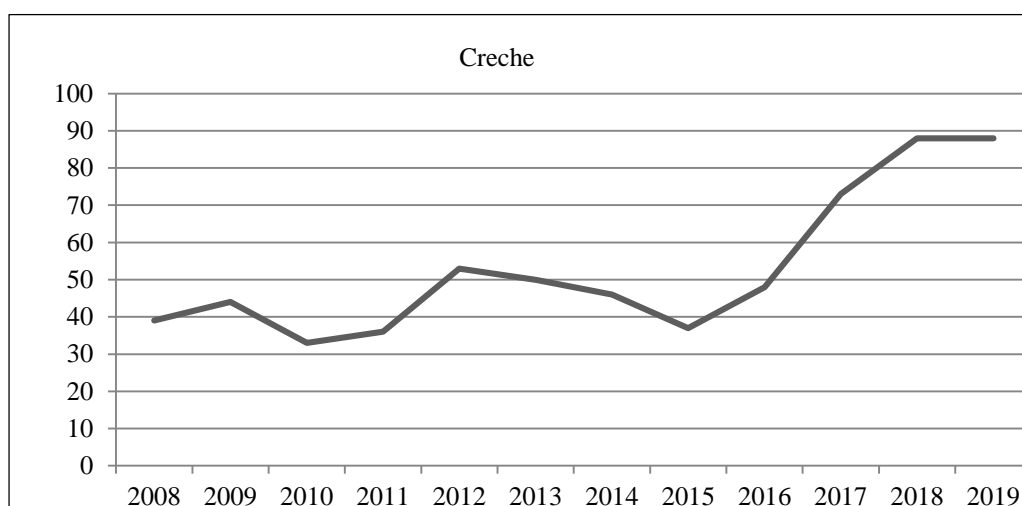
Tabela 2 - Evolução do número de alunos por etapa

Santana do Jacaré – MG	Número de Alunos Matriculados				
	Ed. Infantil		Ensino Fundamental	EJA	Total de Matriculados
Municipal Urbana	Creche	Pré-escola	Anos iniciais	Fundamental	
2008	39	115	422	60	636
2009	44	109	400	39	592
2010	33	98	369	29	529
2011	36	79	351	18	484
2012	53	71	311	23	458
2013	50	88	282	13	433
2014	46	85	259	13	403
2015	37	93	243	9	382
2016	48	75	244	12	379
2017	73	72	219	19	383
2018	88	86	204	10	388
2019	88	87	192	0	367

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

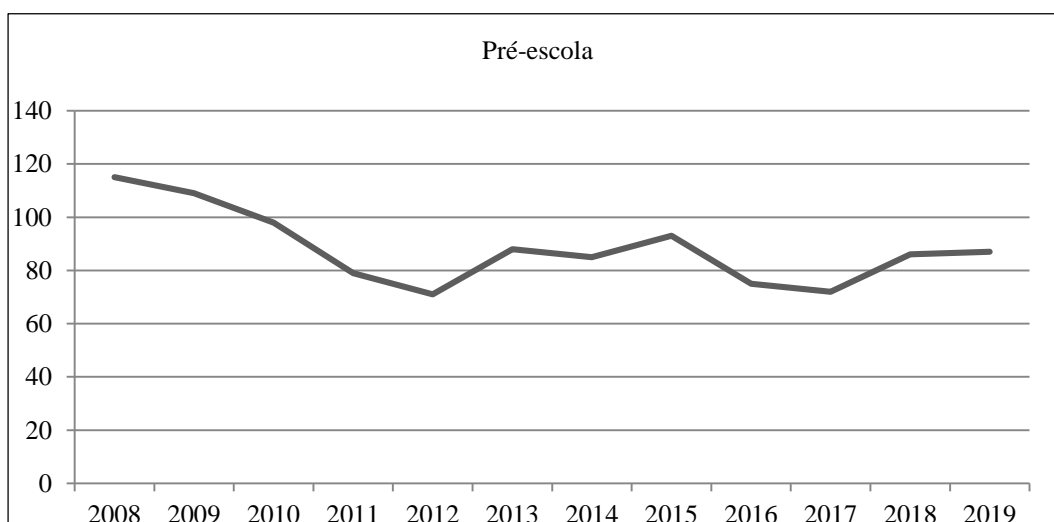
O número de matriculados na creche teve uma aumento significativo ao longo dos anos, e correspondeu a uma diferença total de 125% se comparados os anos de 2008 e 2019. Já a pré-escola sofreu uma redução de 35% no mesmo período, como pode ser demonstrado pelos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Matrículas Creche



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

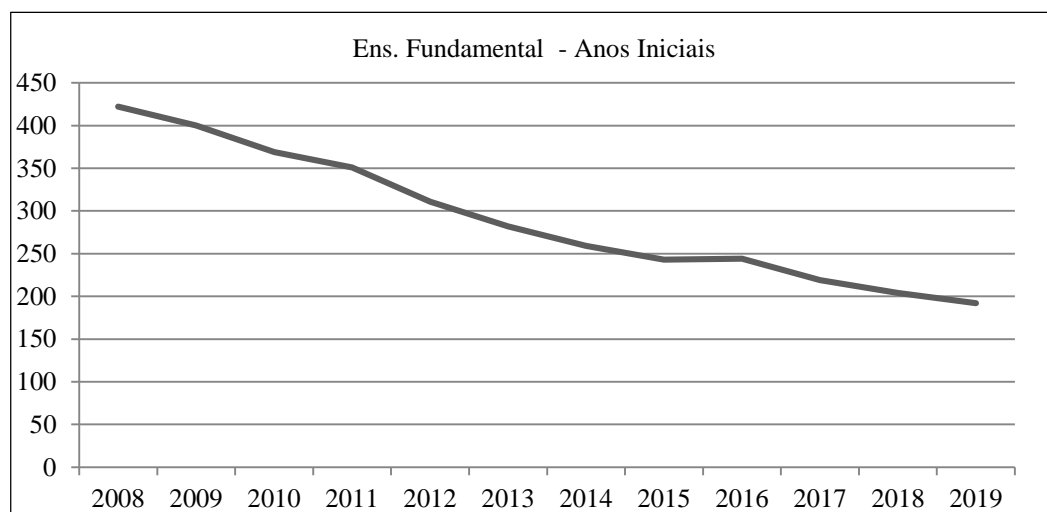
Gráfico 2 - Matrículas Pré-Escola



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O que mais chama a atenção são os números do Ensino Fundamental, que tem tido redução constante ao longo de todos os anos, como mostra o Gráfico 3.

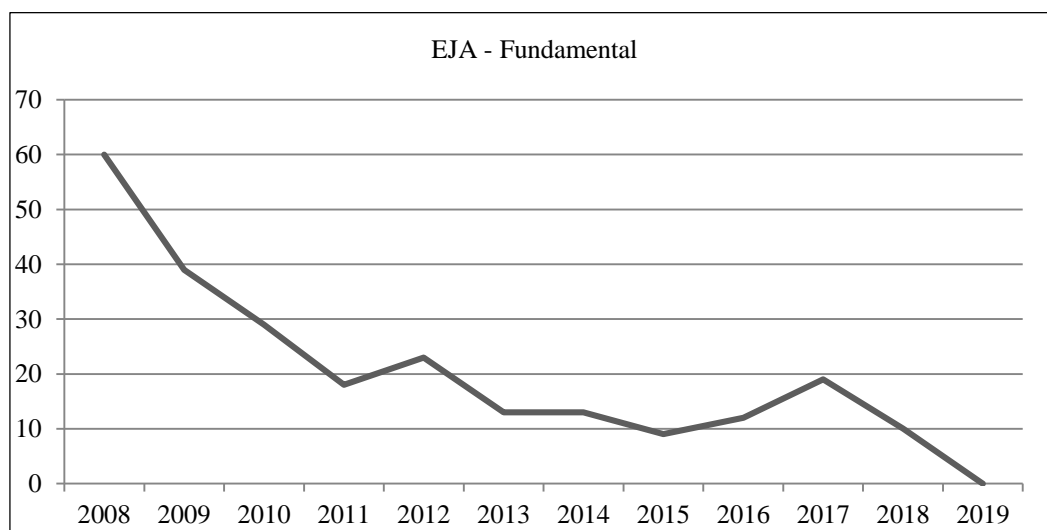
Gráfico 3 - Matrículas Ensino Fundamental



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O decréscimo de matrículas do EF pode ser atribuído, principalmente, a evolução dos índices demográficos, pois o estado de Minas Gerais vem apresentando redução na taxa de natalidade. Além do Ensino fundamental, o EJA também tem sofrido redução significativa, não possuindo nenhum aluno matriculado no ano de 2019, conforme demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Matrículas EJA



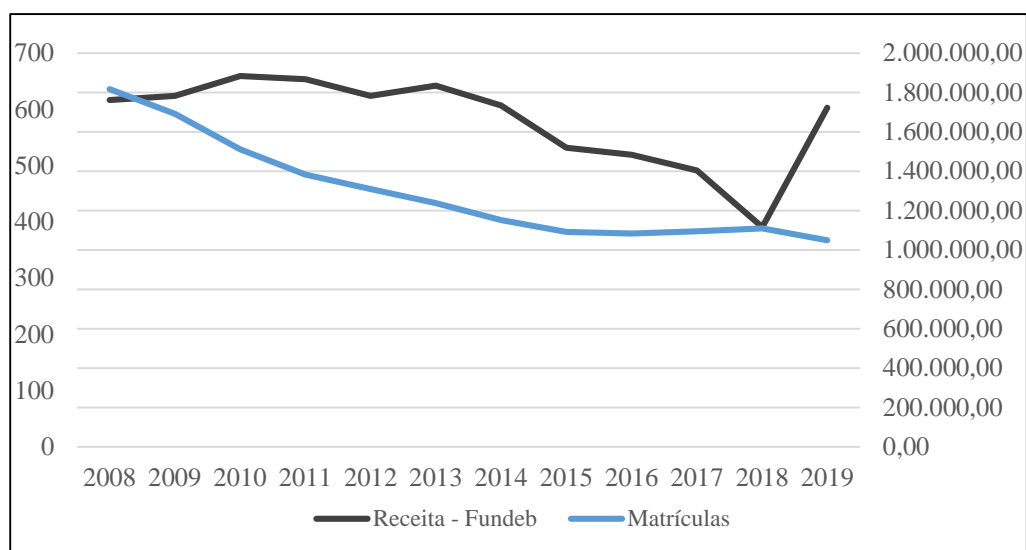
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O número total de matriculados no município, vem caindo drasticamente ao longo dos anos, no entanto, o número de ofertas não foi afetado. Como fora comentado, a diminuição de alunos teria sido afetado pela redução na taxa de natalidade, que vem acontecendo em Minas

Gerais e em todo o país ao longo dos anos. Os dados do Censo IBGE (2010) revelam que a taxa de fecundidade feminina caiu de 2,38 em 2000 para 1,86 em 2010. Este é um fator específico, extremamente importante e que contribui para esta redução.

Acompanhando a redução no número de alunos, o município tem recebido menos recurso do FUNDEB ao longo dos anos como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5- Receitas Fundeb x Matrículas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O valor que cada município irá receber depende também do valor por aluno/ano. O valor aluno/ano é um valor referencial, utilizado para redistribuição dos recursos do fundo, e esses recursos se destinam a cobrir o gasto anual da manutenção de um aluno nas escolas públicas de ensino. Para cada estado é calculado um valor aluno/ano, específico para cada um dos 19 “fatores de ponderação” da educação básica considerados para o FUNDEB. Utiliza-se o número de alunos de cada segmento da educação básica, declarado no Censo Escolar do último ano e multiplica-se pelos fatores de ponderação.

4.1.1 Receitas e Despesas do FUNDEB

A distribuição do FUNDEB é realizada tomando como base, o número de alunos da Educação Básica pública de acordo com os dados do último Censo Escolar, ou seja, baseado no número de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A distribuição também leva

em consideração os fatores de ponderação, que variam de acordo com os desdobramentos da educação.

Para que fosse possível verificar a variação real da verba ao longo dos anos todos valores foram corrigidos pelo índice do IPCA (IBGE), ou seja, foram trazidos para o valor presente. Como resultado verificou-se que houve uma pequena diminuição no repasse: se em 2008 o município recebeu o montante de R\$1.761.205,95 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e cinco reais e noventa e cinco centavos), no ano de 2019 foram repassados R\$1.722.845,47 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Os investimentos realizados pelos governos e o cumprimento dos limites legais de aplicação dos recursos são monitorados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope). Na Tabela 3, há um demonstrativo de quanto o município recebeu ao longo dos anos e quanto foi aplicado em pagamento com Profissionais do Magistério e com outras despesas entre os anos de 2008 e 2019. Os dados mais detalhados, com os valores nominais e as informações dos gastos com o Ensino Fundamental e Educação Infantil, estão contidos no apêndice deste trabalho.

Tabela 3 - Receitas e Despesas do FUNDEB 2008 a 2019

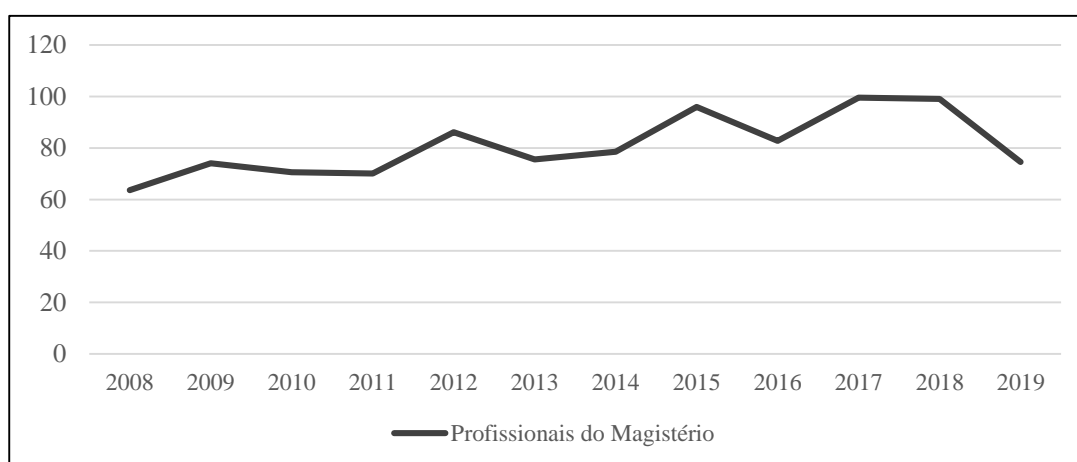
Ano	Receita	Despesa Empenhada	
		Pagamento dos Profissionais do Magistério	Outras Despesas
2008	1.761.205,95	1.120.126,98 (63,60%)	640.902,85 (36,39%)
2009	1.782.231,19	1.320.098,64 (74,07%)	461.954,32 (25,92%)
2010	1.883.123,96	1.330.238,77 (70,64%)	552.696,88 (29,35%)
2011	1.866.863,54	1.307.551,22 (70,04%)	556.325,33 (29,80%)
2012	1.782.175,06	1.536.056,68 (86,19%)	237.029,28 (13,30%)
2013	1.834.328,74	1.386.385,66 (75,58%)	401.351,13 (21,88%)
2014	1.733.709,20	1.362.348,69 (78,58%)	371.360,51 (21,42%)
2015	1.519.475,58	1.457.936,82 (95,95%)	61.538,76 (4,05%)
2016	1.483.529,46	1.227.768,98 (82,76%)	216.150,24 (14,57%)
2017	1.403.085,56	1.397.192,60 (99,58%)	0,00 (0,0%)
2018	1.115.170,92	1.105.245,90 (99,11%)	0,00 (0,0%)
2019	1.722.845,47	1.285.242,72 (74,60%)	354.733,88 (20,59%)

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Importante salientar que, durante os anos de 2017 e 2018 houve uma ausência do repasse do Fundo aos municípios por parte do governo de Minas Gerais. Durante esse período, muitos municípios foram obrigados a retirar verbas de seus recursos próprios, para custear a remuneração dos profissionais do magistério.

Vale ressaltar que, os recursos do fundo devem ser empregados em ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, em especial na valorização do magistério, conforme o art. 22 da Lei n. 11.494/07, que determina que pelo menos 60% dos recursos anuais totais do fundo, devem ser destinados a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública. O Gráfico 6, mostra a evolução da porcentagem com remuneração dos profissionais do magistério ao longo dos anos.

Gráfico 6 - Aplicações dos Recursos do Fundeb



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

4.2 Comparação entre os repasses do FUNDEB e os resultados do IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 pelo Inep, com intuito de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para melhoria do ensino. Este, funciona como um indicador que monitora a qualidade da Educação Básica, relacionando informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiência) em exames padronizados. As médias de desempenho são o Saeb (para as unidades da federação) e a Prova Brasil (para os municípios).

Através de padrões técnicos, o Inep estabeleceu atingir a média 6 até o ano de 2022, em referência a nota média apresentada pelos países membros da OCDE.

O objetivo implícito do IDEB é a redução das desigualdades. As metas intermediárias, variam de acordo com cada escola, município e estado. Isto é, cada sistema tem pontos de partidas diferentes, porém a meta é a mesma para todos.

Na tabela 4, são evidenciados os dados do IDEB e as metas projetadas, para as séries dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública, na esfera federal, estadual e municipal entre os anos de 2009 e 2019, sendo o IDEB calculado a cada dois anos.

Tabela 4 - IDEB por ano (séries iniciais da rede pública)

Ano	IDEB Observado						Metas Projetadas						
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	5.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8
Minas Gerais	5.5	5.8	5.9	6.1	6.3	6.3	4.9	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6
Santana do Jacaré	5.9	5.6	6.2	6.5	6.2	6.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

As notas dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal, tem atingido as metas projetadas. O estado de Minas Gerais também tem atingido as metas, com exceção do ano de 2019, em que a meta era 6.4 e o estado atingiu 6.3.

O município, além de conseguir atingir as metas, desde o ano de 2009 também tem conseguido se manter com nota superior a 6 a partir do ano de 2013.

4.2.1 Correlação Linear de Pearson

Para entendermos se há correlação entre os recursos repassados pelo FUNDEB ao longo dos anos e o desenvolvimento da educação demonstrado através das notas do IDEB nos últimos anos, a pesquisa buscou no método de coeficiente de correlação de Pearson, para entender se há ou não uma aproximação dos dados obtidos. Os dados foram organizados e separados na Tabela 5. Os valores de y representam as notas obtidas pelo município no IDEB entre os anos 2009 a 2019, e os valores de x representam os valores recebidos pelo município pelo FUNDEB. Faz-se necessário constar que, os dados do FUNDEB foram selecionados de dois em dois anos, de acordo com as notas do IDEB.

Tabela 5 - Dados Fundeb e IDEB

Ano	Fundeb (x)	IDEB (y)
2009	1.782.231,19	5,9
2011	1.866.863,54	5,6
2013	1.834.328,74	6,2
2015	1.519.475,58	6,5
2017	1.403.085,56	6,2
2019	1.722.845,47	6,5

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

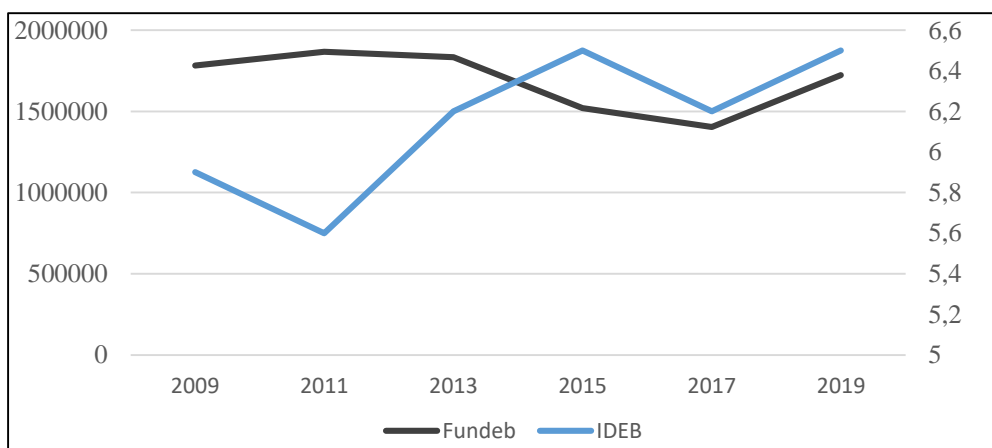
Para a realização do cálculo de correlação de Pearson, que mostra uma correlação “fraca negativa” entre o montante de recursos repassados pelo FUNDEB e o resultado das escolas do município de Santana do Jacaré no IDEB. De maneira geral, o resultado pode ser melhor entendido, por meio da observação do Gráfico 7:

Tabela 6 - Resultado

VARIÁVEIS (x,y)	COEFICIENTE (r)	CORRELAÇÃO
	-0,53839	MODERADA NEGATIVA

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Gráfico 7 – Receitas Fundeb x Nota IDEB



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A partir dos dados não se percebe correlação positiva, ou seja, embora os resultados tenham sido positivos não existe uma correlação significativa entre o recurso recebido pelo município através do FUNDEB e as notas obtidas no IDEB. Logo, a melhoria do nível educacional não pode ser explicada somente pelo investimento financeiro.

Não que o FUNDEB não foi importante para esta melhoria, contudo não observamos uma associação direta entre o FUNDEB e o IDEB; talvez por haver uma menor quantidade de alunos na sala de aula, há um melhor suporte, o que pode contribuir para um ensino de mais qualidade. Caberia em trabalhos futuros analisar quais outros fatores, como os sociais, podem estar atrelados a estes resultados.

4.3 Influência das estratégias de alocação e gestão dos recursos por parte da administração pública municipal

A gestão pública é de grande relevância para o país, pois está relacionada direta e indiretamente ao bem estar do cidadão como um todo. As decisões de alocação de recursos públicos pelo gestor, estão diretamente ligadas a sua orientação, tendo como base seus valores, crenças, etc. Contudo, o processo de gestão pública requer ações que o tornem mais produtivos e isso só é possível se a gestão for eficiente.

A disponibilidade de recursos, não garante o sucesso das políticas educacionais. Os gestores precisam definir quais segmentos são prioritários. Faz-se necessário um planejamento para que seja estabelecida uma distribuição eficiente dos recursos financeiros e não haja uma má utilização deste.

Ademais, o conflito, a respeito da divisão de recursos é uma das questões práticas mais complexas. É um desafio estabelecer ordens de prioridades. Por ser tão importante, a alocação de recursos deve ser realizada de modo que, promova o máximo de benefício social possível.

A Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo Pietro (1999) o princípio da eficiência necessita ser observado de maneira a demonstrar a atuação do agente público, do qual se imagina o melhor desempenho possível, para então alcançar os resultados pertinentes de um modo racional e dessa forma conseguir estruturar e disciplinar a administração pública.

A eficiência está ligada ao alcance dos resultados. E para mensuração dos resultados é necessário um referencial, um padrão. Esse referencial será obtido através de uma média ou uma meta. “Assim em política pública a avaliação da eficiência é o esforço empregado na implementação e nos resultados alcançados.” (SOUZA, 2011)

Para Mancenbon e Bandres (1999), no que se refere ao sistema educacional, a análise de eficiência técnica com orientação produto, torna-se mais adequado tendo em vista que, os sistemas municipais de educação, devem procurar obter o máximo de recursos disponíveis ao invés de minimizar esses recursos.

No Quadro 1 temos a entrevista realizada com a Secretária Municipal de Educação (ocupante do cargo entre os anos 2017 e 2020). A entrevista possui o objetivo de verificar as estratégias e a visão da gestão pública, acerca do FUNDEB. Embora, não tenha sido possível realizar a entrevistas com todos os secretários, de todos os períodos que compreendem a análise, a fim de se obter uma visão mais assertiva da realidade. Acredita-se que esta iniciativa de investigação, seja importante no alcançados objetivos deste trabalho.

Quadro 1 - Síntese das respostas dadas pela Secretária Municipal de Educação

<p>1) Quais foram as estratégias utilizadas para a aplicação do FUNDEB? O que foi levado em consideração ao tomar decisões de como o recurso seria utilizado?</p> <p>“A primeira estratégia de utilização dos recursos do Fundeb é para o pagamento dos profissionais do magistério, em observação ao critério mínimo de aplicação de 60% do recurso para esta finalidade, (...) a segunda estratégia foi a aplicação dos 40% do recurso para pagamento de algumas folhas salariais de outros profissionais que trabalham na educação (auxiliares de serviço, auxiliar de secretaria, motorista, nutricionista, fonoaudióloga, monitor de creche, etc) e a terceira estratégia é a compra de material de consumo, quando ainda não atingido o percentual mínimo de aplicação do recurso que é de 95%”.</p>
<p>2) Qual a importância da tomada de decisão pelo gestor público?</p> <p>“A importância da tomada de decisão pelo gestor público é a devida observância ao cumprimento dos limites constitucionais relativos a educação.”</p>
<p>3) Acredita que o recurso influencia nos resultados das avaliações de desempenho escolar?</p> <p>“Sim, ele promove a redistribuição dos recursos vinculados a educação de acordo com o número de alunos da educação básica, sendo assim quanto mais recurso mais é investido na educação destes alunos e conseqüentemente a melhora de seu desempenho.”</p>
<p>4) Qual a importância do FUNDEB para o município de Santana do Jacaré e outros municípios pequenos?</p> <p>“O Fundeb é a garantia que o município tem para pagamento de profissionais do magistério em especial os professores.”</p>
<p>5) Na sua opinião, o que aconteceria caso o fundo fosse descontinuado?</p> <p>“Seria um caos para a educação básica, tendo em vista que este fundo corresponde a mais de 60% do financiamento da educação básica brasileira e aqui no município de Santana do Jacaré,(...) não teríamos condições de pagar aos professores o piso salarial do magistério.”</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Os gestores precisam definir quais segmentos são prioritários, e para isso é necessário um bom planejamento para uma divisão de recurso eficiente para que o mesmo não seja utilizado de qualquer forma. Ao se observar a resposta da primeira pergunta, percebe-se que a principal estratégia da gestora está relacionada com o princípio da legalidade, já que ela sempre trata como prioridade o pagamento dos profissionais do magistério. O restante do recurso é utilizado para pagamento de folhas salariais de outros profissionais que também trabalham na

educação e, apenas quando não atingido o percentual mínimo que deve ser gasto, a gestora direciona o recurso para compra de material de consumo.

A importância da tomada de decisão, para além da observância dos limites legais, também está no esforço empregado para alcançar melhores resultados. A gestora acredita que o recurso do FUNDEB possui grande influência nos resultados das avaliações de desempenho escolar. Para ela, o investimento em educação, aliado a uma gestão eficiente cria incentivos para uma educação de qualidade.

De acordo com a secretária, o FUNDEB é a garantia que o município possui para o pagamento dos professores. Em 2017 e 2018, quando o governo de Minas Gerais reteve alguns repasses, e quase 100% do fundo foi aplicado em pagamento do magistério em efetivo exercício.

Segundo Martins (2005) a gestão é mais eficiente quando gera mais produtos com menos insumos. Nesse sentido, como os próprios dados mostraram apesar das diminuições dos repasses os resultados do IDEB ainda se mostraram positivos. Birger e Tan (2008) entenderam que um sistema de ensino pode ser chamado de eficiente quando atingir o nível máximo de produção para um nível mínimo de contribuição.

Embora o FUNDEB, seja um importante instrumento garantidor de custeio de educação por parte dos municípios, não se pode averiguar a opção de gerenciamento do recurso por parte da gestão, já que existem percentis restritivos quanto ao seu uso. Isso demonstra, em certa medida, uma ausência de flexibilidade para atuação dos gestores em outros tipos de investimentos que, não àqueles que se encontram descritos na lei. Por outro lado, questiona-se e indica-se como propostas para estudos futuros, até que ponto os gestores tem uma visão holística do processo educacional, para além do respeito à legislação (cumprimento dos limites orçamentários).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a data do fim do FUNDEB se aproximando, levantaram-se questionamentos a respeito de sua importância para a educação pública brasileira, especialmente em municípios pequenos que, não possuem recursos suficientes para sanar as demandas educacionais.

Todavia, quando o governo investe dinheiro em uma política pública é necessário avaliá-la e ver quais são seus resultados. Esta prática faz-se necessária para compreender, toda sua dimensão e implicações para assim estimular seu aperfeiçoamento.

Sendo assim, este trabalho buscou entender as influências do FUNDEB, no desenvolvimento escolar do pequeno município de Santana do Jacaré, localizado em Minas Gerais, através de três pontos: o efeito do investimento nas condições de acesso à educação através do número de matrículas; a comparação entre os repasses do FUNDEB e os resultados do município no IDEB; e as estratégias de alocação de recursos por parte da gestão municipal.

Desse modo, foi verificado que houve uma diminuição no valor da receita do FUNDEB, o que pode ser justificado pela redução significativa no número de matriculados ao longo dos anos, saindo de 636 matriculados na rede municipal em 2008 para 367 em 2019. O número de vagas nas escolas não foi alterado, ou seja, a oferta não foi afetada. O que acontece é que há menos crianças para preencher as vagas. Segundo o IBGE (2010) a taxa de escolarização no município de 6 a 14 anos é de 99,6%. Quando falamos na queda de matriculados do EJA, o que acontece é que houve uma diminuição na demanda desta etapa, ou de uma diminuição de interessados.

Ao buscarmos compreender se há uma correlação entre o dinheiro recebido ao longo dos anos e seus resultados no IDEB, por meio da correlação linear de Pearson, se verificou que não houve uma correlação positiva, isto é, não há indícios que o FUNDEB influenciou diretamente no desenvolvimento educacional dos alunos.

Na segunda fase deste estudo, realizou-se uma entrevista com a gestora responsável pela Secretaria Municipal de Educação nos últimos anos, a fim de compreendermos quais suas estratégias de alocação de recursos. Uma vez que, existem percentis restritivos que dificultam mensurar se a gestão foi ou não eficiente, pois não existe uma flexibilidade para a atuação do gestor em outros investimentos. Logo, concluiu-se que, a sua principal estratégia é se ater a remuneração dos profissionais do magistério.

Portanto, acredita-se que caberia em trabalhos futuros uma análise mais profunda em outras localidades, que comprovem que os indicadores melhorem, não apenas com relação ao repasse de recurso e com a atuação dos gestores, mas também em razão de outros fatores.

Em suma, quando analisamos o contexto geral, onde há menos estudantes nas salas de aula, recursos suficientes para suprir as demandas e uma gestão responsável, o que se espera é que realmente os resultados sejam positivos. Apesar de não haver uma correlação direta entendemos que o fundo é extremamente importante para o município e um grande aliado para o desenvolvimento da educação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

_____. **Lei nº 11.494, de 20/06/2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11494.htm>. Acesso em 03 de abril de 2020

_____. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 7 de abril de 2020

AMORIM, E. P. **O esquema de financiamento da educação básica no Brasil (1998 a 2007): atribuições e responsabilidades, fontes e distribuição dos recursos e sistema de incentivos na transição FUNDEF-FUNDEB.** 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019.; Todos Pela Educação; Editora Moderna; Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2020.

BIRGER, F.; TAN, J. P. **An African Exploration of East Asian Education Experience.** The World Bank: Washington, DC, 2008.

BRAGA, D.; SILVA, D. C. A. da. **Repercussões do FUNDEB em Municípios Mineiros: aportes para a discussão sobre um FUNDEB permanente.** FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, [S.1.], v. 9, mar. 2019. ISSN 2236-5907. Disponível em <<https://www.seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/88585>>: Acesso em 03 de maio de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 7 de Abril de 2020.

BREMAEKER, F. E. J. de. **O impacto do FUNDEB nas finanças dos municípios brasileiros.** (2ª edição). IBAM / ENSUR / CEIF / IBAMCO, 2007. 37 p. (Estudos especiais, 190b)

CAMPOS, B. C.; CRUZ, B. de P. A. **Impactos do FUNDEB sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro*** rap — Rio de Janeiro 43(2):371-93, MAR./ABR. 2009.

Censo Escolar. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>> Acesso em 03 de abril de 2020.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CONCEIÇÃO, S. H.; FIALHO, N. H. **Financiamento, oferta, gestão educacional e controle social no âmbito de um Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.** (2014) Revista de Educação Pública, 23(54), 783-806. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1439/pdf>>

Conheça o ciclo de políticas públicas; 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>> Acesso em: 11 de abril de 2020

CUNHA, C. da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Trabalho elaborado durante o curso "The Theory and Operation of a Modern National Economy", ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006

Curso FUNDEB: Brasília: MEC, FNDE, 2016. 166 p.: il. color. – (Formação pela Escola)

CURY, C. R. 2006. **Estado e Políticas de Financiamento em Educação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007 831. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> 15.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. **A Qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios**. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 201 Disponível em: <<https://www.cedes.unicamp.br/>> Acesso em: 21 de out. de 2019.

FARENZENA, N.; MENDES, A. de O. **Capacidade de financiamento da educação em municípios do Rio Grande do Sul: uma exploração a partir dos efeitos redistributivos do Fundef e do Fundeb**. Currículo sem Fronteiras, v. 10, n. 1, p. 265- -286, jan./jun. 2010.

FIGUEIREDO D.B.F., Silva J.A.J. **Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson(r)**. Rev Política Hoje 2009; 18(1):115-146.

FLEURY, S. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In: FLEURY, Sônia (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, M. **Gestão escolar em tempos de redefinição do papel do Estado: planos de desenvolvimento de PPP em debate**. Retratos da escola /Escola de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) v. 3, n 4, jan/jun. 2009.

FREITAS, L. C. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GRAU, N.C., BOZZI, S. O. **Fortalecimento dos sistemas de monitoramento e avaliação (M&A) na América Latina: informe comparativo de 12 países**. Natal, RN: SEARH, 2008.

IDEB – Apresentação, Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>> Acesso em: 05 de nov. de 2019.

IDEB. Disponível em :<<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>> Acesso em 10 de abril de 2020.

JANNUZZI, P. de M. **Avaliação de Programas sociais no Brasil: Repensando Práticas e metodologias das pesquisas avaliativas**. Planejamento e Políticas Públicas| ppp | n.36 | jan./jul.2011

JANNUZZI, P. de M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais Campinas**: Alínea Editora; 2016.

JARDIM, G. et al.; **Um panorama sobre a educação no Brasil**. Disponível em: <http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Artigo_revisado.pdf> Acesso em 11 de nov. de 2019

LASSWELL, H. **The decision process: seven categories of functional analysis**. College Park: University of Maryland Press, 1956.

MANCENBON, M; BANDRES, E. **Efficiency evolution in secondary schools: the key role of model specification and of ex post analysis of results**. EducacionEconomics, London, v.7, n.2, p. 131 – 152, 1999.

MARTINS, H.F. **Gestão de recursos públicos: orientação para resultados e accountability**. Revista Eletrônica Sobre a Reforma do Estado, Salvador, n. 3, set./out./nov. 2005.

NASCIMENTO, B. **A reforma universitária de 1968: origem, processo e resultados de uma política pública para o ensino superior**. 1991. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro.

OVANDO, N. G.; FREITAS, D. N. T. **As iniciativas de avaliação nas redes escolares municipais**. In: FREITAS, D. N. T.; REAL, G. C. M. (Org.). Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011. 368 p. p. 297-322

Panorama da Educação: destaques do Educationat a Glance2019 [recurso eletrônico]. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 27 p. : tab.

PAULINO, H. M. **Avaliação e monitoramento de políticas públicas: criação de um modelo sistêmico aplicado ao Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN)**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

PERES, A. J. S.; SOUZA, M. L.; ALVES, F. A.; RODRIGUES, E. G. **Efeito redistributivo intraestadual do FUNDEB: uma análise a partir de variáveis financeiras, socioeconômicas e educacionais dos municípios**. Brasília: INEP, 2015. (Série Documental. Textos para Discussão, n. 39, volume 28)

PIETRO, M. S. Z. Di. **Direito Administrativo**. São Paulo. Atlas: 1999

PINTO, J. M. de R. **Os recursos para o financiamento da educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Plano, 2000. Tb. PINTO, Jose Marcelino deRezende& ADRIÃO, Theresa. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. EcoS – Revista Científica, São Paulo, v.8, n.1, p. 23-46, jan./jun. 2006. p. 24

READER, S. **Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas**. Perspectivas em Políticas Públicas | Belo Horizonte | Vol. VII | Nº 13 | P. 121-146 | jan/jun 2014

SANTOS, K. S. **Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO E CONGRESSO IBERO AMERICANO DE POLÍTICA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25, 2, 2011. **Anais...** São Paulo, Simpósio Brasileiro e Congresso Ibero-Americano de Política Administração da Educação, 2011.

SANTOS, W. J. L. dos. **Financiamento e investimento da educação nos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu RJ: Avaliação da eficácia, da efetividade e da transparência das políticas públicas**. 2010. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. L Secchi – 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, 2ª Ed.

Siope. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/fnde_sistemas/siope/relatorios/relatorios-municipais
Acesso em 05 de abril de 2020.

Sobre o FUNDEB, FNDE, 2017, Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/FUNDEB/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-FUNDEB>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

SOLOW, R.M., **A Contribution to the Theory of Economic Growth**, The Quarterly Journal of Economics, Volume 70, Issue 1, February 1956, Pages 65–94, <https://doi.org/10.2307/1884513>

SOUZA, A. P. **Eficiência na alocação dos recursos públicos na educação em municípios mineiros**. 2011.

SOUZA, A. **Coefficiente de correlação de Pearson**. Mestrado em Gestão (MBA). Departamento de Matemática da Universidade dos Açores. Portugal (2008a)

TEIXEIRA, A. S. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

APÊNDICE A - Receitas e Despesas Fundeb entre os anos 2008 e 2019

Receitas e Despesas do FUNDEB 2008

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	895.313,42
Transferências de Recursos do FUNDEB	895.313,42
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	569.462,97
Ensino Fundamental	531.098,64
Educação Infantil	38.364,33
Outras Despesas	325.850,45
Ensino Fundamental	222.590,03
Educação Infantil	103.260,42
Total das despesas do FUNDEB	895.313,42
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	63,60%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	36,39%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
Período de Referência – 2008 R\$1,00

Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2009

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	944.221,29
Transferências de Recursos do FUNDEB	944.221,29
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	699.392,71
Ensino Fundamental	641.779,56
Educação Infantil	57.613,15
Outras Despesas	244.827,20
Ensino Fundamental	201.546,30
Educação Infantil	43.280,90
Total das despesas do FUNDEB	944.219,91
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	74,07%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,92%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
Período de Referência – 2009 R\$1,00

Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2010

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.053.897,20
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.053.897,20
Complementação da União ao FUNDEB	0,00

Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	744.565,79
Ensino Fundamental	685.672,44
Educação Infantil	58.893,35
Outras Despesas	309.330,41
Ensino Fundamental	241.305,40
Educação Infantil	68.025,01
Total das despesas do FUNDEB	1.053.896,20
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	70,64%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	29,35%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
Período de Referência – 2010 R\$1,00

Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2011

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.114.180,68
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.114.180,68
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	780.427,79
Ensino Fundamental	725.603,68
Educação Infantil	54.824,11
Outras Despesas	332.056,53
Ensino Fundamental	259.257,16
Educação Infantil	72.799,37
Total das despesas do FUNDEB	1.112.484,32
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	70,04%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	29,80%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
Período de Referência – 2011 R\$1,00

Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2012

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.122.499,08
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.122.499,08
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	967.528,69
Ensino Fundamental	967.528,69
Educação Infantil	0,00
Outras Despesas	149.347,49
Ensino Fundamental	24.112,93
Educação Infantil	125.234,56
Total das despesas do FUNDEB	1.116.876,18
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL

Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	86,19%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	13,30%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
Período de Referência – 2012 R\$1,00

Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2013

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.222.062,24
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.222.062,24
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPEZA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	923.578,80
Ensino Fundamental	865.292,33
Educação Infantil	58.286,47
Outras Despesas	267.415,17
Ensino Fundamental	214.679,19
Educação Infantil	52.735,98
Total das despesas do FUNDEB	1.190.993,97
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	75,58%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	21,88%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
Período de Referência – 2013 R\$1,00

Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2014

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.230.744,79
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.230.399,61
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	345,18
DESPESAS DO FUNDEB	DESPEZA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	967.166,41
Ensino Fundamental	862.275,42
Educação Infantil	104.890,99
Outras Despesas	279.872,96
Ensino Fundamental	221.852,23
Educação Infantil	58.020,73
Total das despesas do FUNDEB	1.247.039,37
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB (40%)	16.294,58
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	78,58%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	21,42%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
Período de Referência – 2014 R\$1,00

Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2015

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.191.664,80
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.183.776,73
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.888,07
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	1.143.421,17
Ensino Fundamental	751.532,79
Educação Infantil	391.888,38
Creche	127.023,43
Pré-Escola	264.864,95
Outras Despesas	48.243,63
Ensino Fundamental	41.138,78
Educação Infantil	7.104,85
Creche	7.104,85
Pré Escola	0,00
Total das despesas do FUNDEB	1.191.664,80
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	95,95%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4,05%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
 Período de Referência – 2015 R\$1,00
 Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2016

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.244.770,94
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.235.363,38
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.407,56
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	1.030.162,57
Ensino Fundamental	1.030.162,57
Educação Infantil	0,00
Creche	0,00
Pré-Escola	0,00
Outras Despesas	181.417,25
Ensino Fundamental	69.924,27
Educação Infantil	111.492,98
Creche	35.157,95
Pré Escola	76.335,03
Total das despesas do FUNDEB	1.211.579,82
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	82,76%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	14,57%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
 Período de Referência – 2016 R\$1,00
 Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2017

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.210.282,69
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.203.803,04
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.479,65
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	1.238.452,16
Ensino Fundamental	1.096.072,99
Educação Infantil	142.379,17
Creche	0,00
Pré-Escola	142.379,17
Outras Despesas	0,00
Ensino Fundamental	0,00
Educação Infantil	0,00
Total das despesas do FUNDEB	1.238.452,16
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB (60%)	33.191,12
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	99,58%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
 Período de Referência – 2017 R\$1,00
 Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2018

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.000.850,12
Transferências de Recursos do FUNDEB	998.566,49
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.283,63
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	991.895,07
Ensino Fundamental	841.244,24
Educação Infantil	150.650,83
Creche	0,00
Pré-Escola	150.650,83
Outras Despesas	0,00
Ensino Fundamental	0,00
Educação Infantil	0,00
Total das despesas do FUNDEB	991.895,07
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	99,11%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
 Período de Referência – 2018 R\$1,00
 Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação

Receitas e Despesas do FUNDEB 2019

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS
Receitas	1.596.866,00

Transferências de Recursos do FUNDEB	1596.866,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	1.191.327,82
Ensino Fundamental	1.118.731,54
Educação Infantil	72.596,28
Outras Despesas	328.808,70
Ensino Fundamental	305.879,71
Educação Infantil	22.928,99
Total das despesas do FUNDEB	1.520.136,52
TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	74,60%
Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	20,59%

Quadro Demonstrativo das Receitas e despesas com o FUNDEB em Santana do Jacaré – MG
Período de Referência – 2019 R\$1,00

Fonte: Adaptado do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação